

CÂMARA MUNICIPAL DE IVAIPORÃEstado do Paraná

Câmara Municipal de Ivaiporã

Lido em sessão realizada em

Em 20

10/10/76

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº

30/76

SÚMULA: - Autoriza a criação do Centro Municipal de Ensino Profissionalizante - CEMEP - e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ivaiporã, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, autorizado a criar o Centro Municipal de Ensino Profissionalizante - CEMEP -, com uma estrutura própria, a ser regulada por Decreto, ligado ao Departamento de Educação e Cultura do Município.

Art. 2º - O CEMEP a ser criado, possuirá um Coordenador, indicado pelo Departamento de Educação e Cultura e designado pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º - O Município de Ivaiporã, através da Prefeitura Municipal, responsabilizar-se-á pela Coordenação, pelo espaço físico, mobiliário mínimo e limpeza do ambiente onde funcionar o CEMEP.

Art. 4º - Compete à Coordenadoria o levantamento das necessidades, recrutamento da clientela, o fluxo de documentos e tudo o que interligado com as entidades mantenedoras e executoras dos cursos.

§ 1º - As entidades mantenedoras serão;

- a) - Prefeitura Municipal;
- b) - Clubes de Serviços;
- c) - Associações de Classes;
- d) - Associações Municipais;
- e) - Entidades Religiosas;
- f) - Entidades Culturais e Recreativas.

§ 2º - As Entidades executoras serão;

- a) - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC -; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI -;
- Instituto de Persegução de Mão-de-obra - IPIMO -; Serviço So-

COMISSÃO  
EDUCAÇÃO e CULTURA

Sala das Sessões em 20/10/76

Assinado



2-10-1

1. O primeiro ponto a ser considerado é a necessidade de se estabelecer um plano de trabalho para o ano de 1961. Este plano deve ser elaborado em conjunto com os departamentos envolvidos e deve ser aprovado pelo Conselho de Administração. O plano deve definir os objetivos, as prioridades e os recursos necessários para a realização das atividades planejadas.

2. O segundo ponto a ser considerado é a necessidade de se estabelecer um sistema de controle de custos. Este sistema deve ser capaz de identificar os custos reais das atividades e de compará-los com os custos planejados. O sistema deve ser capaz de fornecer informações sobre os custos em tempo real, permitindo a tomada de decisões corretivas quando necessário.

3. O terceiro ponto a ser considerado é a necessidade de se estabelecer um sistema de avaliação de desempenho. Este sistema deve ser capaz de medir o desempenho dos departamentos e dos indivíduos em relação aos objetivos estabelecidos no plano de trabalho. O sistema deve ser capaz de fornecer informações sobre o desempenho em tempo real, permitindo a tomada de decisões corretivas quando necessário.

4. O quarto ponto a ser considerado é a necessidade de se estabelecer um sistema de comunicação. Este sistema deve ser capaz de facilitar a comunicação entre os departamentos e os indivíduos envolvidos no projeto. O sistema deve ser capaz de fornecer informações sobre o andamento do projeto e sobre as necessidades de recursos.

5. O quinto ponto a ser considerado é a necessidade de se estabelecer um sistema de treinamento. Este sistema deve ser capaz de identificar as necessidades de treinamento dos funcionários e de fornecer o treinamento necessário para a realização das atividades planejadas.

6. O sexto ponto a ser considerado é a necessidade de se estabelecer um sistema de manutenção de equipamentos. Este sistema deve ser capaz de identificar os equipamentos que precisam ser mantidos e de fornecer o plano de manutenção necessário.

7. O sétimo ponto a ser considerado é a necessidade de se estabelecer um sistema de segurança. Este sistema deve ser capaz de identificar os riscos de segurança e de fornecer as medidas necessárias para a prevenção de acidentes.

8. O oitavo ponto a ser considerado é a necessidade de se estabelecer um sistema de controle de qualidade. Este sistema deve ser capaz de identificar os pontos de controle de qualidade e de fornecer as medidas necessárias para a garantia da qualidade das atividades planejadas.

9. O nono ponto a ser considerado é a necessidade de se estabelecer um sistema de controle de estoque. Este sistema deve ser capaz de identificar os níveis de estoque e de fornecer as medidas necessárias para a manutenção dos níveis adequados de estoque.

10. O décimo ponto a ser considerado é a necessidade de se estabelecer um sistema de controle de despesas. Este sistema deve ser capaz de identificar as despesas reais das atividades e de compará-las com as despesas planejadas. O sistema deve ser capaz de fornecer informações sobre as despesas em tempo real, permitindo a tomada de decisões corretivas quando necessário.



CÂMARA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_ - continuação -

fls. 2

- c) - Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado do Paraná.
- d) - Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa - CEAG -.
- e) - Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF -.
- f) - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUN-RURAL -.
- g) - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA -.
- h) - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - ACARPA -.
- i) - Outras Entidades de atuação específica.

Art. 5º - As Entidades executoras referidas no parágrafo 2º do artigo anterior, arcarão com as despesas de professores e material de apoio necessários à execução dos cursos que serão indicados pelo CEMEP.

Art. 6º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ivaiporã, pela sua pujança, tem sido berço de grande número de imigrantes, vindos de todas as regiões do nosso Estado, como também do país, que aqui aportam em busca de melhor futuro.

Este fato tem gerado necessidades as mais diversas, que provocam, em consequência, uma ação rápida dos poderes públicos, objetivando capacitar o elemento à uma formação profissional dentro da área de sua atividade.

Em razão do exposto, temos como válida a apresentação desta sugestão, em forma de Projeto de Lei, que em sendo aprovado, propor



PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
PROJETO DE LEI Nº 30/76  
PODER LEGISLATIVO

A Comissão de Educação e Cultura, ao examinarem o referido Projeto de Lei, dão seu Parecer Favorável, devido as suas necessidades para o município.

SAIA DAS SESSÕES, aos tres dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e seis.

CÂMARA MUNICIPAL

Aprovado

Em 24/11/76

Atas n.º

*[Assinatura]*  
Diretor Secretaria

10

CÂMARA MUNICIPAL

Aprovado

Em 30/11/76

Atas n.º

*[Assinatura]*  
Diretor Secretaria

20

*[Assinatura]*  
ALFREDO R. NENE

- Presidente -

*[Assinatura]*  
RENATO G. CROGETA

- Relator -

*[Assinatura]*  
BENEDITO D. LIMA

- Membro -

CÂMARA MUNICIPAL

Aprovado

Em 1º/12/76

Atas n.º

*[Assinatura]*  
Diretor Secretaria

30